

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DOS COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ E PCJ FEDERAL), DE 01/06/2004

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de 2004, no Victórias Centro de Eventos, em Valinhos - SP, realizou-se a 1.ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJFEDERAL), registrando-se a participação de cerca de 115 pessoas, entre representantes dos Municípios, da Sociedade Civil, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e do Governo Federal, conforme lista de presença anexa, e público em geral, registrado em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Cláudio A. de Mauro - prefeito de Rio Claro e presidente dos Comitês PCJ; Eduardo L. Paschoalotti – representante da ÚNICA e vice-presidente dos Comitês PCJ; Luiz Roberto Moretti – Diretor da Diretoria da Bacia do Médio Tietê, do DAEE, e Secretário-executivo dos Comitês PCJ; Vitório H. Antoniazzi, prefeito de Valinhos; José Machado, Prefeito Municipal de Piracicaba e 1.º Vice-presidente do Consórcio PCJ; João Bosco Senra, Secretário Nacional de Recursos Hídricos; Marcos H. Montenegro, 3º vice-presidente dos Comitê PCJ e representante da Secretaria Nacional de Saneamento, do Ministério das Cidades; João Marcelo, da FUNASA, do Ministério da Saúde; Antonio Dirceu Dalben, Prefeito de Sumaré e Presidente do Conselho Gestor da Região Metropolitana de Campinas (RMC); Pilzio Nunciato Di Lelli, Prefeito de Salto e Presidente do Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai; Deputado Estadual Sebastião Arcanjo. **2. Abertura:** Dando início à reunião, o sr. Cláudio de Mauro, presidente dos Comitês PCJ, cumprimentou e agradeceu a presença de todos e ao Prefeito de Valinhos, Vitório Antoniazzi, pela cessão das dependências e convidou a todos para ouvirem e cantarem o Hino Nacional Brasileiro. **2.1. Manifestação do Prefeito de Valinhos:** O sr. Cláudio de Mauro, passou a palavra ao Prefeito de Valinhos, anfitrião desta reunião, para suas saudações. Com a palavra, o sr. Vitório Humberto Antoniazzi cumprimentou a todos e mencionou sua satisfação em acolher todos os presentes, desejando a todos uma ótima reunião. Após, o sr. Cláudio de Mauro passou a palavra ao sr. Paschoalotti para os informes. **3. Informes: 3.1 da Vice-presidência:** o sr. Eduardo Paschoalotti, cumprimentou a todos e informou que esteve participando, no dia 28 de maio, de reunião, em Ribeirão Preto, do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas, onde, entre outros assuntos, foi agendada a realização do 1º Encontro do Fórum Paulista, em Praia Grande, no período entre os dias 28 e 30 de julho. Mencionou que deixou alguns folders e cartazes com a organização do Comitê, para quem tiver interesse em participar e divulgar o evento.

Informou que a participação de 10 pessoas da sociedade civil, de cada Comitê de Bacias, terá as despesas de hospedagem e refeição custeadas pelo Fórum Paulista, devendo o Comitê indicar essas pessoas. Mencionou que esteve participando de reunião sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira, na Assembléia Legislativa, a convite da Frente Parlamentar pela Defesa das Águas, onde foi feita uma apresentação do Plano Diretor da SABESP para os próximos 25 anos. Informou que na ocasião a maioria dos deputados presentes comentou sobre a questão da cobrança pelo uso da água como uma das alternativas que seriam viáveis. Com relação, ainda, à questão da cobrança, informou que participou das reuniões, em Brasília, da Câmara Técnica de Cobrança (CT-COB) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, salientando que não se está trabalhando em termos de valores e sim na questão do fluxo financeiro dentro do Governo Federal. Citou o exemplo do Comitê do Vale do Paraíba, que já iniciou a cobrança e o dinheiro está sendo depositado no caixa do tesouro e que o Comitê não está recebendo o dinheiro da cobrança, mas sim recursos da ANA. Informou que há um acordo com a ANA no qual ela aplica recursos do seu orçamento no montante correspondente ao arrecadado com a cobrança. Mencionou que houve até uma manifestação do presidente da ANA, por meio de um ofício enviado ao Ministro do Planejamento, Guido Mantega, que num trecho ele menciona: "...  *todavia, ao tomarmos ciência do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005, encaminhado ao Congresso Nacional, constatamos que as despesas baseadas na arrecadação oriunda da cobrança pelo uso da água, não foram incluídas nas ressalvas do anexo V...*", ou seja, nas despesas que não serão objetos de limitação de empenho, que não são contingenciados. **3.2. da Presidência:** o sr. Cláudio de Mauro, informou que na semana passada, esteve em Goiânia-GO, numa reunião da Frente Nacional de Prefeitos, juntamente com a prefeita Izalene, de Campinas, na qual participaram o presidente Lula e 10 ministros, sendo que o presidente Lula fez um discurso no qual se referiu àquelas Moções que foram aprovadas em Piracicaba, principalmente aos temas das mesmas, e definiu posições a respeito. Informou que a destinação dos R\$ 2,900 bilhões, que foram citados numa das Moções, para que esse recurso fosse destinado ao saneamento básico, o presidente anunciou aos prefeitos do Brasil que havia tomado as providências para que esse assunto fosse resolvido. Informou outro tema colocado com ênfase pelo presidente, que diz respeito à nossa bacia, que é o de garantirmos a titularidade dos serviços de água e esgoto para os municípios, e que o presidente fez absoluta questão de explicitar que, no governo dele, estão sendo tomadas todas as providências e garantias para que a titularidade seja mantida dos municípios.

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DOS COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ E PCJ FEDERAL), DE 01/06/2004

- 115 Esclareceu que, com relação aos R\$ 2,900 bilhões, foi enviado o documento dos Comitês PCJ ao Ministério da Fazenda, e que o ministro Palocci, através da sua assessoria direta, fez a comunicação de que aquele assunto estava sendo atendido. Reiterou a fala do sr.
- 120 Paschoalotti, a respeito de nos sentirmos seguros, em relação à questão da cobrança pelo uso da água, tanto nos rios de domínio da união, como nos rios de domínio do estado. Declarou que a diretoria do Comitê não vai, em nenhum momento, adotar
- 125 providências que possam colocar em risco a credibilidade dos Comitês PCJ, aceitando uma situação que não esteja claramente explicitada e que o assunto somente será submetido ao Plenário dos Comitês PCJ no momento em que se tiver absoluta
- 130 segurança de que todo dinheiro arrecadado volta para a bacia e que será aplicado de acordo com as normas estabelecidas pelos Comitês PCJ e pelo nosso Plano de Bacias. Outro informe é que foi convidado para participar do Encontro Nacional de Comitê de Bacias
- 135 Hidrográficas, que acontecerá no Rio Grande do Sul, em Gramado e a diretoria estará presente. Antes de passar para o próximo item de pauta, solicitou a inclusão de um item na pauta, tendo em vista que a ANA trouxe, para apreciação, um Termo de Convênio de Cooperação, entre o Comitê Federal, o Estado de Minas Gerais e a Agência Nacional de Águas, na questão do cadastramento de usuários do Estado de Minas Gerais. Então solicitou a inclusão da análise e autorização para assinatura desse convênio,
- 140 formalmente, como um ponto de pauta. Colocada em votação a inclusão de um item de pauta para assinatura do referido Convênio, logo após a apreciação da ata, a mesma foi aprovada por unanimidade. **3.3. Informes da Secretaria Executiva:** com a palavra o sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo dos Comitês PCJ, mencionou que houve uma solicitação da Secretaria Executiva, para que os coordenadores das câmaras técnicas estivessem aqui presentes, para que, rapidamente, fizessem uma apresentação muito breve,
- 155 sobre os trabalhos que estão em andamento e sobre o que está sendo discutido dentro de cada uma das 10 câmaras técnicas dos Comitês PCJ, sendo que os informes serão feitos pelos próprios coordenadores. **3.4. Comunicados das Coordenações das Câmaras Técnicas sobre as atividades em andamento:** O sr. Moretti passou a palavra para a sra. Cecília de Barros Aranha, coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA), que informou que por ser uma Câmara Técnica recentemente criada, nos seus primeiros 6 meses, desenvolveu e trabalhou uma série de princípios e, baseados nisso, elaborou um plano de trabalho, sendo que o primeiro item que será discutido, na próxima reunião, dia 17/06/2004, é a Política de Educação Ambiental para os Comitês PCJ.
- 160 Em seguida, o sr. Valdemir Poloneis Bernardi, coordenador da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS), informou que o principal trabalho em andamento é o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela CPTI, sobre cadastramento de poços, financiado pelo FEHIDRO, envolvendo os municípios de Valinhos e Vinhedo, por se tratar de uma área de restrição, de conflitos e de grande importância. Explicou que esse cadastramento servirá para se fazer uma aferição do sistema de avaliação dos usos e disponibilidade dos aquíferos da região, utilizado pelo DAEE e pela CT-AS quando da análise das questões sobre poços no município de Vinhedo. O objetivo final é que se obtenha um sistema de informação a partir da modelagem de um banco de dados e desenvolvimento de um aplicativo para a sistematização dessas informações coletadas por meio de cadastro de poços tubulares profundos. Informou que, enquanto não estiver instalado um sistema como este, que dê subsídios para saber o que está entrando de recarga nos aquíferos e o que está sendo extraído, bem como as áreas que estão comprometidas com relação à qualidade, será difícil fazer qualquer afirmação sobre o assunto. Na seqüência, o sr. Carlos Alberto Aquino, coordenador da Câmara Técnica de Proteção e Conservação dos Recursos Naturais (CT-RN) cumprimentou a todos e informou que a CT-RN se reúne a cada 2 meses e em toda reunião existe uma troca de informações e explanação do que o município anfitrião vem desenvolvendo na área de proteção dos recursos naturais. Informou que isso tem sido importante para que haja uma troca de experiências e para que se possa ter conhecimento de práticas locais, e a possibilidade de estar ajudando os agentes locais a desenvolverem os seus trabalhos, com sugestões para que possam alcançar os objetivos mais facilmente. Informou que o principal trabalho que está sendo desenvolvido, no âmbito da CT-RN, depois do lançamento da Cartilha sobre Nascentes, de hoje, é o Plano Diretor de Reflorestamento, que estará definindo a Política do Comitê de Bacias em relação à forma e aos locais onde devem ser implantadas as florestas, defendendo as áreas de recarga. Informou que a CT-RN tem acompanhado, também, o projeto financiado pelo FEHIDRO, na bacia do Ribeirão Pirai, por meio de um subgrupo. Informou que a CT-RN está estudando a forma de apresentar uma sugestão, com atuação junto com Ministério Público, do Comitê estar desenvolvendo um trabalho, ou uma política, na criação de Unidades de Conservação Municipal, tendo como foco principal a questão dos recursos hídricos. Em seguida, o sr. Sebastião Vainer Bosquília, coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), informou que, dentro das atividades 2003-2004, se tem trabalhado na elaboração dos termos de referência (2ª etapa) e no acompanhamento da execução da 1ª etapa do cadastro de irrigantes. Informou que, para a 1ª etapa, que está totalizando 1.400 cadastros realizados, a SABESP foi

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DOS COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ E PCJ FEDERAL), DE 01/06/2004

tomadora dos recursos do FEHIDRO, e para a 2ª  
230 etapa, o DAEE será o tomador dos recursos do  
FEHIDRO. Mencionou que isso contribui para que se  
tenha uma noção bastante interessante de quanto a  
irrigação está captando de água nas bacias PCJ, como  
um setor importante de demanda de água. **Informou**  
235 que outra atividade é o acompanhamento dos trabalhos  
desenvolvidos no rio Cachoeira, em Piracaia, no  
Parque Municipal da cidade, cujas obras estão sendo  
financiadas pelo FEHIDRO e permitirão que vazões  
maiores possam escoar pelo Rio Cachoeira  
240 possibilitando suprir a Região Metropolitana de  
Campinas, sem inundar as áreas da região da cidade  
de Piracaia, como vinham ocorrendo. Informou que a  
CT-MH tem feito o acompanhamento diário das  
vazões afluentes e dos níveis de oxigênio dissolvido  
245 nas captações municipais, para verificar a necessidade  
de liberação de maiores vazões do Sistema Cantareira,  
assim, adotando critérios de qualidade e quantidade.  
Informou que foi realizada vistoria na calha do rio  
Atibainha, com vista a uma proposta técnica que já  
250 está nas recomendações do GT-Cantareira, para o  
diagnóstico da situação do trecho do Atibainha, a  
jusante da barragem do Atibainha, até a sua foz, em  
Bom Jesus dos Perdões, com vistas também à  
liberação, de maiores vazões do Sistema Cantareira  
255 para a Região Metropolitana de Campinas. Mencionou  
que a CT-MH esteve participando, efetivamente, com  
subsídios de dados na elaboração do relatório final do  
GT-Cantareira, para a renovação da outorga do  
Sistema Cantareira. Informou que também está  
260 subsidiando os Relatórios de Situação dos Recursos  
Hídricos 2002/2003 e o Plano de Bacias 2004-2007,  
bem como tem prestado apoio e feito o  
acompanhamento do projeto financiado pelo  
FEHIDRO, de modelo matemático, conduzido pela  
265 Secretaria do Meio Ambiente, para o planejamento  
sócio-ambiental da bacia do rio Pirai. Em seguida a  
sra. Eneida M.M. Zanella, coordenadora da Câmara  
Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL), informou  
que a mesma encaminhou uma solicitação de  
270 descentralização do colegiado do GRAPROHAB, que  
é o responsável pela análise e aprovação de projetos  
de parcelamento do solo, loteamentos, condomínios,  
etc. Mencionou que o sistema, hoje, requer uma  
análise dos técnicos com atuação na bacia, mas a  
275 decisão final é centralizada em São Paulo, para todo  
estado. Mencionou que a CT-OL entende que a  
descentralização desse processo, por meio de um  
colegiado nas bacias PCJ, irá propiciar maior  
articulação dos órgãos licenciadores, incorporando  
280 maior troca de conhecimento dos problemas dos  
recursos hídricos das bacias PCJ e dará mais qualidade  
à análise final de aprovação desses projetos.  
Esclareceu que é uma proposta que foi encaminhada  
para a secretaria executiva dos Comitês PCJ  
285 solicitando apoio. Informou que a próxima reunião da

CT-OL será realizada amanhã e está sendo discutida a  
metodologia que está sendo usada no Relatório de  
Situação dos Recursos Hídricos, sendo convidada a  
empresa que está elaborando esse trabalho, para  
290 discutir os critérios de outorgas e licenças, baseado no  
quadro que esse relatório vai nos apresentar. Informou  
que foram feitos os levantamentos e os 3 órgãos  
outorgantes nas bacias PCJ, a ANA, o IGAM e o  
DAEE têm critérios diferenciados para a concessão  
295 das outorgas, e com esse Relatório de Situação, a CT-  
OL está buscando integrar esse critérios e ao mesmo  
tempo diferenciá-los, entendendo que não é possível  
ter o mesmo critério para a UGRHI 05 toda, uma vez  
que se tem trechos com disponibilidade e trechos  
300 críticos em termos de recursos hídricos. Informou que  
foram acompanhados os trabalhos constantes do  
Relatório sobre Outorga do Cantareira e que, na CT-  
OL, houve uma reunião específica, cuja manifestação  
foi encaminhada à Secretaria Executiva, ao DAEE e à  
305 ANA, solicitando que fossem analisados aspectos de  
qualidade e de quantidade para a definição do uso em  
questão. Em seguida a sra. Livia Fernanda Agujaro,  
coordenadora da Câmara Técnica de Saúde Ambiental  
(CT-SAM), mencionou que a CT-SAM se preocupa  
310 principalmente com os aspectos da qualidade da água  
e de impactos da poluição na saúde humana e no meio  
ambiente. Informou que um grande trabalho que tem  
sido feito, dentro da CT-SAM, é a integração da  
intersetorialidade, trazendo a área da saúde para a  
315 discussão dos aspectos ambientais e da gestão dos  
recursos hídricos, juntamente com os profissionais  
técnicos da área ambiental. Informou que esteve  
participando, em maio, do 1º Seminário  
Interamericano de Saúde Ambiental, promovido pela  
320 ABES e a IBIS, em Porto Alegre-RS, juntamente com  
6 membros da CT-SAM, onde foi apresentada a  
experiência dos Comitês PCJ sobre a  
intersetorialidade. Informou que estão desenvolvendo  
3 projetos de interesse regional aprovados pelo  
325 FEHIDRO: um projeto interlaboratorial que,  
juntamente com a ANA, tenta estabelecer o programa  
de acreditação em laboratórios de análise de qualidade  
água, com a criação da rede de laboratórios  
acreditados, que dará suporte legal às ações de  
330 regulação e monitoramento das águas. Outro projeto  
trata de trabalho que está sendo realizado, há uns 2  
anos, junto aos serviços de saneamento para que os  
laboratórios participantes estejam atendendo à Portaria  
MS-518, recebendo treinamento para a implantação  
335 dos seus sistemas de qualidade. Informou que a CT-  
SAM conseguiu recursos no valor de R\$72.000,00  
(setenta e dois mil reais), do Ministério da Saúde, para  
a realização do evento internacional “Protozoários  
Emergentes e Oportunistas”, que estão depositados  
340 numa conta em São Paulo, num órgão do Ministério,  
descentralizado. Informou que realizou uma Oficina  
sobre indicadores de saúde ambiental, indicadores

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DOS COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ E PCJ FEDERAL), DE 01/06/2004

sanitários e de áreas contaminadas, visando aos programas a serem inseridos no Plano de Bacias, que  
345 contou com a participação de representantes do CEIVAP, do Comitê da Mantiqueira e do Litoral Norte, do Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde. Informou que estão trabalhando em termos de políticas públicas, na articulação das estratégias em  
350 saúde e ambiente, na construção dos espaços saudáveis e sustentados, em conjunto com a OPAS e UNICAMP, propiciando a integração das agendas: Agenda 21; Atenção Primária Ambiental e Desenvolvimento Local Integrado Sustentável.  
355 Mencionou que, juntamente com o pessoal do IAC, estão trabalhando nas questões sobre os aspectos sanitários da qualidade da água, face às principais doenças de veiculação hídrica, e como combatê-las. Informou que a CT-SAM está trabalhando no Sistema  
360 Atibaia-Salto Grande, com um projeto desenvolvido junto com as secretarias municipais de saúde, sobre a avaliação dos pescueiros, seus impactos e a qualidade dos pescados, nas bacias PCJ, complementando o projeto que foi aprovado pelo FEHIDRO, sobre o  
365 consumo dos peixes e o uso do reservatório pela população, através da análise da balneabilidade, nos ambientes impactados e contaminados da bacia. Informou que junto com a Prefeitura Municipal de Campinas, foi criado um grupo que tem a participação  
370 do IBAMA, das Secretarias Estaduais de Saúde e de Meio Ambiente, para manejo, controle e prevenção daquelas doenças decorrentes de vários agentes, entre eles o carrapato-estrela. E, finalizando, informou que estão, junto com a Secretaria Estadual de Minas, fazendo um trabalho sobre a implantação da portaria sobre qualidade da água para consumo nos municípios mineiros. O sr. Moretti comunicou que, sobre a  
375 Câmara Técnica do Plano de Bacias, em função da coordenadora estar em férias, maiores informações serão fornecidas pelo sr. Francisco Piza, da SABESP, que é a entidade tomadora dos recursos do FEHIDRO para elaborar o Plano de Bacias 2004/2007. O sr. Francisco Piza informou que está sendo finalizado o processo de aprovação da empresa que foi selecionada na licitação para fazer o Plano e, em seguida, será assinado o contrato e encaminhado o processo ao Agente Técnico para atestar o início do empreendimento, dentro dos próximos dias. O sr. Moretti complementou que, com relação ao Relatório de Situação do ano 2002-2003, já está em andamento, e numa fase adiantada, onde o Consórcio PCJ é o tomador. Informou que quanto ao Relatório de Situação 2004, cujo tomador é o DAAE de Rio Claro, está no processo de preparação da Licitação.  
385 Complementando, ainda, a sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, informou que no dia 15/06/04, será realizada a próxima reunião da CT-PB, onde serão iniciadas as discussões sobre a cobrança pelo uso da água. Em seguida o sr. Luiz Roberto Moretti, como

400 coordenador da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), informou que todo o trabalho relacionado com o Sistema Cantareira e a preparação da minuta de deliberação passaram pela CT-PL. Informou que se constituiu Grupo de Acompanhamento do Programa de Gestão Municipal dos Recursos Hídricos que está  
405 em andamento, onde participam 26 municípios. Informou que foram realizadas, nos últimos 30 dias, 3 oficinas, com relação, ao treinamento do pessoal das prefeituras que estão envolvidas, para a implantação do Sistema Municipal de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos e o mesmo vêm sendo  
410 conduzido pelo Prof. Casadei, do CEPAM, e estão bastante avançados. Encerrando os informes dos coordenadores de Câmaras Técnicas o sr. Moretti mencionou que das 10 Câmaras dos Comitês PCJ, apenas duas não temos registros dos informes, que são a Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID), cujo coordenador é o sr. Harold G. Fowler, da UNESP – Rio Claro, e da  
420 Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), cujo coordenador é o sr. Emerson Marçal, da SORIDEMA, ambos ausentes. Com a palavra o sr. Cláudio de Mauro, cumprimentou as câmaras técnicas e mencionou a importância de se ter um panorama contínuo daquilo que está sendo desenvolvido e sugeriu que em todas as reuniões dos Comitês, fosse elaborado um pequeno painel, de cada câmara, para que as pessoas que participam tenham a oportunidade de ver aquilo que está sendo desenvolvido, colocando  
430 pontos que estão sendo tratados de uma maneira que facilite a compreensão da extensão do trabalho que se desenvolve dentro desses Comitês PCJ. Informou que acabou de receber um documento encaminhado pelo deputado Sebastião Archanjo Almeida, nos relatando a composição da Frente Parlamentar de Defesa das Águas, fortalecendo os Comitês PCJ na questão da gestão compartilhada do Sistema Cantareira, acrescentou que com a criação desse fórum deve ser destacada a importância da aprovação do Projeto de Lei 676, de 2000, que estabelece a cobrança pelo uso da água em São Paulo. **4. Lançamento do Livro “Preservação e Recuperação das Nascentes (de água e de vida) - Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN):** o sr.  
445 Moretti, informou que o trabalho que está sendo apresentado a todos hoje, é algo que, realmente, mostra o espírito de colaboração que vem imperando ao longo desses anos todos, no âmbito dos nossos Comitês. Mencionou que há algum tempo, ele foi procurado pelos senhores Rinaldo, do IAC e Sebastião, do DAEE, que estavam desenvolvendo um texto para ser submetido à Câmara Técnica de Recursos Naturais para ser colocado como uma publicação a respeito da preservação e conservação de nascentes. Em seguida, o sr. Moretti solicitou que viessem à frente da mesa dirigente, os senhores

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DOS COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ E PCJ FEDERAL), DE 01/06/2004

Rinaldo, do IAC; Sebastião Bosquília, do DAEE; Fernando Tabai, do Consórcio PCJ; Márcia Calamari, do DEPRN e o coordenador da CT-RN, Carlos Aquino, pois a proposta de texto foi submetido à CT-RN. Mencionou que graças à colaboração da RIPASA e o esforço do vice-presidente, sr. Paschoalotti, esse livro pôde ser publicado e com direitos reservados ao Comitê de Bacias para reprodução, um trabalho de uma qualidade impressionante, coletando informações sobre a questão da preservação, e da conservação de nascentes. Tal trabalho é fruto do espírito de colaboração e do esforço pessoal de cada uma das pessoas envolvidas, para oferecer a toda comunidade, de forma gratuita, sem exigir absolutamente nada em troca. Mencionou a gratidão de todos para com eles e solicitou uma salva de palmas em agradecimento ao trabalho por eles desenvolvido. Com a palavra o sr. Rinaldo Calheiros, um dos autores do texto, agradeceu inicialmente ao Comitê, à RIPASA, e ao coordenador da CT-RN, e particularmente aos co-autores, dizendo que acredita que esse trabalho é o mais importante na vida dos autores, face à importância do tema e o destino que ele está tendo, ou seja, de utilidade pública e ser distribuído de forma gratuita para nossa coletividade. **5. Assuntos a Deliberar CBH-PCJ e PCJ FEDERAL: 5.1. Leitura e Aprovação da Ata 1ª Reunião Extraordinária Conjunta:** O presidente dos Comitês PCJ, sr. Cláudio de Mauro, passou a tratar do item da pauta referente à leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba, no dia 16/04/2004. Dispensou-se a leitura da ata por ter sido encaminhada anteriormente. Sem manifestações, foi colocada em votação a minuta da Ata apresentada, sendo aprovada por unanimidade, na íntegra. **5.2. Assinatura do convênio de cooperação:** O sr. Cláudio de Mauro informou que a ementa do Convênio em questão diz: *“que entre si celebram a Agência Nacional de Águas, ANA, como concedente, a Secretaria de Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, de Minas Gerais, como conveniente, os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Comitês PCJ, e o Departamento de Águas e Energia - DAEE, de São Paulo, como intervenientes, visando a elaboração do cadastro de usuários nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, no Estado de Minas Gerais.”*. Em seguida solicitou ao representante da ANA, sr. Wilde Gontijo, que falasse sobre esse convênio de cooperação. Com a palavra o sr. Wilde Gontijo mencionou que esse é o resultado de um trabalho que a ANA tem conduzido, no âmbito dos órgãos estaduais, no sentido de dotar essa bacia de todas informações disponíveis para que ela possa melhor elaborar seu plano de bacias e subsidiar o seu uso racional da água. Mencionou que Minas Gerais é a parte de montante da bacia, onde as informações não

se encontram com o mesmo nível de detalhes daquela que se pode obter no Estado de São Paulo. Esclareceu que, há mais ou menos um ano, estão trabalhando no sentido de construir esse cadastro e, agora, estão na fase final, com o documento já acordado entre a Secretaria do Meio Ambiente de Minas, a ANA, com a interveniência do Comitê e do DAEE. Esperamos que dentro dos próximos 6 meses, se possa ter uma situação real dos usos das águas da região mineira, e para que se possa vir a contemplar ações no Plano de Bacias do PCJ. Em seguida, o sr. Cláudio de Mauro submeteu à aprovação dos Plenários dos Comitês PCJ a assinatura desse convênio de cooperação, pois o Comitê é um dos intervenientes. Sem manifestações contrárias, o mesmo foi aprovado por unanimidade, efetuando-se, então, a assinatura do Convênio de Cooperação pelo Presidente dos Comitês PCJ. **5.3. Moção 003/2004 – proposta pela CT-PL: ao CRH, para revisão dos PDCs do Plano Estadual de Recursos Hídricos, em questão relacionada com resíduos sólidos:** O sr. Moretti informou que esta Moção foi proposta pela CT-PL e consta da página 11, do material entregue nesta reunião. Relatou que essa proposta surgiu nas reuniões de discussão sobre distribuições dos recursos do FEHIDRO, porque vários municípios haviam solicitado recursos para ações relacionadas com resíduos sólidos e, na análise feita, com base na nova redação dos Programas de Duração Continuada (PDCs) do Plano Estadual de Recursos Hídricos 2004-2007, houve o entendimento, pela CT-PL, de que as reformulações ocorridas excluam as ações que estavam sendo pedidas, pelos municípios, relativas a resíduos sólidos. Esclareceu que vários dos projetos que haviam sido protocolados, foram indeferidos conforme discutidos na última reunião dos Comitês PCJ, realizada em abril. Mencionou que os membros da CT-PL entenderam ser conveniente se fazer proposta de uma Moção, ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), solicitando que ele faça uma revisão dos diversos PDCs, especificamente, no que se refere à recuperação da qualidade dos mananciais, no sentido de propor, ou deixar explicitado, que também possam ser contemplados com recursos do FEHIDRO, ações relacionadas com resíduos sólidos, mas que estejam diretamente ligadas à preservação do manancial, como por exemplo, a construção de sistemas de coleta e tratamento para o chorume; a implantação de monitoramento do lençol subterrâneo, ou seja, aquilo que esteja relacionado com recursos hídricos, mas na área de resíduos sólidos. Propõe-se que essa Moção seja encaminhada, além do presidente do CRH, ao COFEHIDRO, ao CORHI, que é o Comitê Coordenador do Plano, e aos demais 20 Comitês do Estado de São Paulo. Aberta a palavra para manifestações, o sr. Rui Brasil Assis, Secretário-executivo do COFEHIDRO, mencionou que considera

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DOS COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ E PCJ FEDERAL), DE 01/06/2004

que essa moção irá ajudar, pois, de fato está havendo um mal entendido e não é, evidente, só por falta de atenção daqueles que se utilizam dos recursos do FEHIDRO, mas é porque a caracterização dos PDC's está de uma forma muito sucinta, o que dá margem a várias interpretações. Informou que já foi constatado isso desde o ano passado, tanto no FEHIDRO como nos Agentes Técnicos, e está se verificando com mais atenção os empreendimentos que são destinados a resíduos sólidos. Mencionou que sempre foi preocupação do Plano de Recursos Hídricos apoiar ações que evitassem a poluição, seja do recursos hídricos subterrâneo, seja do recursos hídricos superficial, por disposição inadequada de lixo, e essa é a maior interface. Mencionou que existem outras fontes, outros fundos, que podem financiar a parte de equipamentos na área de resíduos sólidos, excluindo-se do FEHIDRO este encargo, pois o mesmo é voltado para as questões relativas aos recursos hídricos. Concluiu dizendo que há necessidade de se fazer uma melhor caracterização dos PDC's, de maneira a tirar a subjetividade das ações e financiar aquilo que realmente irá beneficiar os recursos hídricos. Houve, ainda, manifestações favoráveis do sr. Francisco Lahóz, do Consórcio PCJ; do sr. Francisco Piza, da SABESP e coordenador do planejamento do CONESAN. Sem outras manifestações, foi submetida à aprovação do Plenário, a Moção 003/2004, sendo aprovada por unanimidade. **5.4. Moção 004/2004 – proposta pela CT-OL: ao Governo de São Paulo referente ao funcionamento e composição do GRAPROHAB:** O sr. Moretti informou que essa moção foi encaminhada, enquanto proposta, pela CT-OL, conforme a sua coordenadora pôde comentar. Informou que essa proposta tem seu encaminhamento feito e sua análise consubstanciada nos considerando da Moção, que foram todos extraídos do documento enviado pela CT-OL, relacionados com o assunto. Mencionou que deverá ser encaminhada ao governador, solicitando a revisão do Decreto Estadual 33.499/91 e da Resolução da Secretaria da Habitação n.º 087/96, que tratam da atual sistemática de aprovação de projetos habitacionais pelo GRAPROHAB, visando fortalecer os princípios da descentralização e a sua integração com o sistema de gestão dos recursos hídricos, implantado segundo a lei estadual 7663, contemplando: 1º) a inclusão do DAEE, Departamento de Águas e Energia Elétrica como membro efetivo no colegiado, uma vez que suas atribuições estão diretamente relacionadas à utilização dos recursos hídricos; 2) a descentralização da análise e aprovação dos projetos habitacionais no âmbito da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos nº 5, incluindo o colegiado regional com representantes dos órgãos integrantes do GRAPROHAB com atuação nas bacias PCJ, de forma a ampliar as discussões sobre o conhecimento dos problemas regionais relativos aos

630 conflitos pelo uso da água; dos trechos críticos dos cursos d'água e das áreas de interesse de preservação e outros. Esclareceu que a proposta é para que haja um GRAPROHAB descentralizado, aqui na nossa região, com os órgãos que são membros do GRAPROHAB, mas que têm atuação direta aqui na região, e que possa ser considerada a interrelação dos aspectos de qualidade e quantidade dos recursos hídricos na análise dos projetos apresentados. Mencionou que essa moção deverá ser encaminhada, não só ao governador, mas também ao GRAPROHAB, à CETESB, ao DAEE, ao DEPRN, ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e ao Secretário de Estado da Habitação. Aberta a palavra aos presentes, o sr. Francisco Piza solicitou que, onde se lê; "projetos habitacionais", solicitou que se incluía "projetos habitacionais e parcelamento do solo industrial e residencial". A sra. Eneida, coordenadora da CT-OL, esclareceu que projetos industriais não são aprovados pelo GRAPROHAB e destacou que seria somente parcelamento do solo. O sr. Petrus Weel, da Prefeitura de Holambra e representante da Região Metropolitana de Campinas (RMC), solicitou que a referida Moção fosse encaminhada para o Conselho da RMC pois, esse assunto, também está sendo discutido lá. A solicitação foi acatada pela presidência. Com a palavra o sr. Francisco Moschini, representante do Consórcio do Ribeirão Pirai, comentou que sempre consideram de grande importância a criação de GRAPROHAB regional, principalmente, quando em 2001, havia um certo litígio com empresas imobiliárias no Bairro de Jacaré, em Cabreúva, porque iam se instalar na bacia do Pirai grandes loteamentos nas suas nascentes do ribeirão Pirai, que abastece aproximadamente 80% de Salto e 30% de Indaiatuba. O sr. Marcos Montenegro, mencionou que por ser uma Moção Conjunta dos 2 Comitês, gostaria que ela fosse encaminhada, também, ao Ministério das Cidades, pois entende ser da maior importância para o Projeto de Lei Federal que trata dessa questão de parcelamento do solo urbano e que está em discussão na Câmara dos Deputados. A solicitação foi acatada pela presidência. O sr. João Bosco Senra, sugeriu, tendo em vista o caráter integrador do encaminhamento da Moção ao governo de Minas Gerais para Secretaria de Habitação de Minas Gerais, com a proposta dos Comitês PCJ, e ressaltou que apoia a solicitação de envio ao Governo Federal. O sr. Rui Brasil Assis, apresentou uma proposta de encaminhamento, mencionando que, às vezes, essas moções acabam tendo uma tramitação, nos órgãos, um tanto quanto burocrática. Assim, sugeriu que se marque uma audiência, principalmente nos casos do Secretário do Meio Ambiente e Secretário da Habitação, para que a Moção realmente possa ter melhor encaminhamento. Sem outras manifestações do Plenário, foi colocada em votação a Moção 004/2004, sendo a mesma aprovada por

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DOS COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ E PCJ FEDERAL), DE 01/06/2004

685 unanimidade, na forma apresentada, com os novos  
encaminhamentos sugeridos e acatados pela  
presidência. Em seguida o sr. Cláudio de Mauro  
mencionou que tem a proposta do sr. Paschoalotti, de  
se fazer a inversão da pauta dos itens 5.5 com 5.6, pois  
690 o item 5.5 da pauta implica em desfazer a mesa para  
que os setores que precisam indicar nomes para  
composição da CT-PL possam se reunir  
separadamente e justificou que, como o Plenário já  
está reunido, seria interessante tratar da Deliberação  
695 Conjunta 008/2004, sobre a manifestação dos Comitês  
PCJ sobre a renovação da outorga do Sistema  
Cantareira e também da sobre a Moção 005. Colocada  
em votação a inversão do item de pauta 5.5 para o  
item 5.6, a mesma foi aprovada por unanimidade.  
700 Portanto, a Deliberação Conjunta 008/2004, tratada no  
item 5.6, passará a ser a Deliberação Conjunta  
007/2004 e será tratada no item 5.5. **5.5.**  
**Manifestação sobre renovação da outorga do**  
**Sistema Cantareira – Minuta de Deliberação**  
705 **Conjunta 007/2004 e seus Anexos:** o sr. Cláudio de  
Mauro informou que depois da realização de uma  
dezena de reuniões do GT-Cantareira, um trabalho  
cansativo, muito importante para a bacia como um  
todo, nesta reunião está sendo apresentado o relatório  
710 elaborado pelo GT- Cantareira, por meio de seu Grupo  
de Relatoria. Mencionou que foi realizada uma  
Apresentação Pública do relatório, em Campinas,  
onde foram recebidas importantes contribuições. Em  
seguida elas foram organizadas pelo Grupo de  
715 Relatoria do GT-Cantareira e encaminhadas para a  
CT-PL, que teve oportunidade de fazer análise, ajustes  
na redação, de maneira que o relatório está aqui  
apresentado. Informou que na semana passada, a  
Diretoria dos Comitês PCJ foi convidada a participar  
720 de uma reunião na Secretaria Estadual de Energia,  
Recursos Hídricos e Saneamento, com a presença do  
sr. Secretário de Energia, Recursos Hídricos e  
Saneamento e de representantes da SABESP, do sr.  
superintendente do DAEE, do Consórcio PCJ, de  
725 representantes da ANA, de representantes da Agência  
do Alto Tietê, e do presidente do Comitê do Alto  
Tietê, o prefeito Junji Abe, de Mogi das Cruzes.  
Mencionou que, na oportunidade, a discussão foi  
muito interessante e apontou para avanços muito  
730 significativos em favor daquilo que está sendo tratado  
na nossa região. Sugeriu que fosse submetido ao  
Plenário o relatório feito pelo GT-Cantareira, que  
evidentemente, sejam feitos os ajustes necessários e  
adequados, mas que se tenha continuidade do canal  
735 aberto para dialogar e chegar a uma posição que  
satisfaça a região, o Comitê PCJ, o Comitê do Alto  
Tietê, e todos os agentes envolvidos. Mencionou que  
isso implica neste Plenário concordar, com a  
continuidade da discussão, com base no relatório, a ser  
740 aqui aprovado e, evidentemente, que qualquer decisão  
que seja diferente do que foi aprovado precisará,

ainda, ser submetido a estes Plenários, dentro de mais  
ou menos uns 30 dias, em Reunião Extraordinária. O  
745 sr. Francisco Lahóz, do Consórcio PCJ, concordou  
com a fala do presidente, mas sugeriu que se deixe  
registrado que as decisões que deverão ser tomadas,  
realmente permitam a convocação de uma assembléia  
e a consulta aos membros desses Plenários, porque  
750 muitas vezes está se dando essa abertura mas o  
presidente do Comitê se vê tendo que tomar decisões  
num curto espaço de tempo. Foram feitas várias  
manifestações e questionamentos sobre o assunto,  
pelos senhores João Bosco Senra, Secretário Nacional  
755 de Recursos Hídricos; Rui Brasil Assis, da Secretaria  
Energia, Recursos Hídricos e Saneamento; Roberto  
Polga, do CIESP/ Jundiá; Francisco Ometto, do  
Sindicato Rural de Limeira; Eduardo Paschoalotti, da  
ÚNICA; Sérgio Razera, Consórcio PCJ; Milton  
760 Negrini e Francisco Piza, da SABESP; Petrus Weel,  
da Prefeitura Municipal de Holambra; Carmem, da  
Secretaria do Meio Ambiente; Euclides Buzetto,  
vereador da Câmara Municipal de Piracicaba; José  
Machado, Prefeito Municipal de Piracicaba; Sebastião  
765 Arcanjo, Deputado Estadual; Wilde Gontijo, da ANA;  
João Marcelo, da FUNASA; Hugo Marcos P. Leme,  
da ASSEMAE e Marcos Helano Montenegro, do  
Ministério das Cidades. Também foi apresentada  
emenda pelo sr. Sérgio Razera, para o Anexo II, com a  
seguinte redação: “...tendo em vista a necessária  
770 recuperação da capacidade de armazenamento das  
represas do Sistema Cantareira, a SABESP em  
comum acordo com a câmara técnica de  
monitoramento hidrológico deverá elaborar e  
executar, plano emergencial de operação, a partir de  
775 outubro de 2004, visando obter um nível de  
reservação no Cantareira de 75% do volume  
operacional do sistema.” Depois complementando: “o  
plano terá como prazo limite, o final do mês de março  
de 2007, tendo como metas intermediárias o mínimo  
780 de 30% do volume operacional no final do mês de  
março de 2005 e o mínimo de 50% do volume no final  
do mês de março de 2006.”. Após discussões,  
deliberou-se, por unanimidade, que fica acatada a  
idéia da proposta de emenda, mas que a redação final  
785 com valores deverá ser elaborada, posteriormente,  
pelo GT-Cantareira. Após foi colocada em votação os  
Anexos I e II, da Deliberação, que foram aprovados,  
com a ressalva acima. O sr. Rui Brasil distribuiu a  
790 todos, textos com propostas de emendas à Minuta de  
Deliberação 007/2004, sendo uma emenda  
modificativa, que dá nova redação à ementa; uma  
emenda aditiva, referente a inclusão de mais 3  
considerandos; uma emenda modificativa – que altera  
795 a redação do caput do artigo 1.º e uma emenda aditiva,  
que insere um Parágrafo 2.º, renumerando-se o  
Parágrafo Único do Artigo 1.º. Em seguida passou-se  
a tratar da aprovação da Deliberação Conjunta  
007/2004. Com relação às propostas de alterações

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DOS COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ E PCJ FEDERAL), DE 01/06/2004

800 apresentadas pela SERHS, a minuta de deliberação será aprovada por partes: considerandos, ementa e os artigos da deliberação. Foi apresentado pelo sr. Rui Brasil, a proposta de inclusão de mais 3 considerandos logo abaixo aos apresentados na minuta em discussão, sendo: 1.º) Considerando o DAEE e a ANA, órgãos responsáveis pelas outorgas de direito de uso em corpos d'água de domínio do Estado de São Paulo e da União, respectivamente, estão desenvolvendo os estudos necessários à instrução do processo de renovação da outorga do sistema cantareira; 2.º) Considerando os entendimentos em curso sobre o estabelecimento de vazões de referência para o Sistema Cantareira, no âmbito do Protocolo de Intenções assinado em setembro de 2003, entre a Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento \_SERHS; os Comitês das Bacias do Alto Tietê (CBH-AT) e dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ); o Consórcio Intermunicipal das Bacias PCJ; a Companhia de saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP; e o Departamento de Águas e Energia elétrica - DAEE, com o acompanhamento pela ANA como convidada e 3.º) Considerando que a meta de todas as partes envolvidas na discussão da renovação da outorga é consolidar entendimentos de maneira que os atos de outorga representem o máximo possível os consensos obtidos ao longo do processo de discussão. Sem manifestações do Plenário, foram colocados em votação os considerandos apresentados na minuta, incluindo-se, na seqüência, a proposta dos 3 considerandos apresentados pela SERHS, sendo os mesmos aprovados por unanimidade. Na seqüência passou-se a tratar da proposta de alteração da ementa. O sr. Rui Brasil, informou que, pelo consenso, ele retira sua proposta, permanecendo a ementa original. Colocada em votação a ementa original, a mesma foi aprovada por unanimidade. Na seqüência passou-se a tratar da Deliberação, quanto aos artigos e parágrafos, propostos. O sr. Claudio de Mauro informou que foi apresentada pela SERHS uma emenda modificativa, que altera o caput do artigo 1º. O sr. Rui Brasil, mencionou que em função do que já foi acordado, retira a proposta, mas acha que deveria ser acrescentado alguma coisa no artigo 1º, por ser um artigo importante devendo-se direcionar o encaminhamento do relatório a alguém. O sr. Marcos Montenegro apresentou uma proposta de redação, com o Parágrafo Único tornando-se Parágrafo 2º, e o Parágrafo 1º com a seguinte redação: “na condução de entendimentos com as autoridades competentes sob os termos da renovação da outorga do Sistema Cantareira, o presidente e os vice-presidentes dos Comitês, deverão solicitar, conforme a necessidade, o concurso de outros membros da plenária do Comitê e do GT-Cantareira, e deverão submeter aprovação do plenário do Comitê os pontos que divergirem das

*recomendações constantes do Anexo II”*. Sem manifestações foi colocada em votação a proposta do Artigo 1.º na forma original, com o seu Parágrafo Único tornando-se Parágrafo 2.º e o Parágrafo 1.º com a redação apresentada pelo sr. Marcos Montenegro, sendo a proposta aprovada com duas abstenções dos representantes da SABESP. Na seqüência foram apresentados os Artigo 2.º e 3.º e não houve destaques para os mesmos. Sem manifestações foi colocado em votação a redação do Artigo 2.º, sendo o mesmo aprovado na forma original, com duas abstenções dos representantes da SABESP. Colocado em votação o Artigo 3.º, o mesmo foi aprovado na forma original, com duas abstenções dos representantes da SABESP. Na seqüência, passou-se a tratar do artigo 4.º, cujo parágrafo 2.º não caberia mais face às aprovações anteriores e o seu Parágrafo 1.º, que passaria a ser o Parágrafo Único. Sem manifestações, foi colocado em votação o Artigo 4.º, com apenas o Parágrafo 1.º, que se transformou em Parágrafo Único, sendo o mesmo aprovado com duas abstenções dos representantes da SABESP. Colocada em votação o Artigo 5.º, o mesmo foi aprovado com duas abstenções. O sr. Moretti mencionou que tem um documento que foi entregue e consta da página 19, que seria um Anexo III dessa deliberação que apenas inclui a relação daqueles que participaram das discussões do GT-Cantareira e da CT-PL e uma menção à realização da Apresentação Pública, com 148 pessoas. Então, solicitou a inclusão, do Anexo III a essa deliberação, sendo a mesma aceita pelo Plenário. **5.6. Faz encaminhamentos às Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, decorrentes dos trabalhos sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira - Minuta de Deliberação Conjunta 008/2004:** O sr. Moretti informou que o GT-Cantareira e a CT-PL fizeram uma série de recomendações aos Plenários dos Comitês PCJ. Explicou que não tem sentido o Plenário do Comitê aprovar recomendação para ele mesmo, pois ou ele aprova alguma coisa para alguém, ou ele dá encaminhamentos. Esclareceu que essa Deliberação 009, se aprovada, passará a ser a 008. Além disso, explicou que a Moção nº 005/2004 foi elaborada no sentido de já transformar em ações parte das recomendações do GT-Cantareira e CT-PL aos Comitês. Explicou que nas recomendações propunha-se que fosse feita uma moção ao governador, à SABESP e ao Comitê do Alto Tietê, pedindo: a)- a revisão do planejamento da SABESP para abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo, a curto, médio e longo prazos, levando em conta as necessidades de água para o abastecimento das bacias PCJ e viabilizando recursos técnicos e financeiros para a busca de novas fontes de abastecimento de água para que, de forma gradativa, possa diminuir a sua dependência em relação ao Sistema Cantareira, e b)- que seja fomentada a implementação de políticas

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DOS COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ E PCJ FEDERAL), DE 01/06/2004

públicas que contemplem a sustentabilidade urbana através de adequado uso e ocupação do solo, do controle de demandas de água, da produção de nascentes e recuperação dos mananciais. Mencionou que os grupos tinham feito uma recomendação, para que se fizesse uma moção nesse sentido e mencionou que nesse caso, a mesma já foi preparada, sendo apresentada nesta reunião para ser votada. Da mesma forma, outros encaminhamentos propostos constam da Minuta de Deliberação apresentada como nº 09 e que passará a ser nº 08, tendo em, vista a inversão da pauta. Explicou cada um dos considerandos e que os artigos propostos são questões relacionadas com o início dos trabalhos de discussão sobre a cobrança, que consta do parágrafo 1º, do artigo 1º e o início da discussão sobre a implantação da Agência de Bacias, que consta do parágrafo 2º, do artigo 1º. No parágrafo 3º do artigo 1º consta que a secretaria executiva coordenará e ajustará os cronogramas dos trabalhos do GT-Cobrança e do GT-Agência. Também consta que a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas deverá constituir Grupo de Trabalho para encaminhar questões quanto à preservação, monitoramento, fiscalização, fazendo propostas para os plenários e para o plano de bacias, relativos às águas subterrâneas. Informou que consta que a CT-PL deverá intensificar as ações no sentido de fazer com que os municípios ampliem a sua participação no Programa de Gestão Municipal dos Recursos Hídricos, fazendo-se uma adequação da redação dos objetivos do mesmo, pois esse programa já existia no âmbito do CBH-PCJ, e agora esse programa de gestão, seria no âmbito dos dois Comitês de Bacias PCJ. Foram feitos questionamentos sobre o assunto pelo sr. Régis Maciel, do Sindicato Rural de Campinas, que mencionou que não se deveria aprovar este programa pois dele constava minuta de Projeto de Lei Municipal, considerada inconstitucional segundo análise da FAESP – Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, acrescentando que considera que o mesmo não foi aprovado pelos Comitês PCJ. O sr. Moretti respondeu considerando que está havendo um equívoco, pois o que se trata nesta deliberação é sobre um amplo Programa de Gestão Municipal dos Recursos Hídricos, com inúmeras ações a serem desenvolvidas, que não pode ser confundindo com o projeto do FEHIDRO, que foi aprovado pelo Plenário do CBH-PCJ, denominado “Gestão Municipal dos Recursos Hídricos”, que está sendo desenvolvido pelo CEPAM, em 26 municípios das bacias PCJ. Sem outras manifestações, foi colocada em votação a minuta de Deliberação Conjunta 009, renumerada para 008, sendo aprovada com 2 votos contrários. Após a aprovação da Deliberação fizeram considerações sobre o projeto desenvolvido pelo CEPAM, denominado “Gestão Municipal dos Recursos Hídricos”, os senhores: João Bosco Senra, da Secretaria Nacional de

970 Recursos Hídricos; Francisco Ometto, do Sindicato Rural de Limeira e Francisco Moschini, do INEVAT e Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai. **5.7. Moção 005/2004 – proposta pelo GT-Cantareira: ao Governo de São Paulo, à SABESP e ao Comitê das Bacias Hidrográficas do Alto Tietê sobre o Sistema Cantareira:** O sr. Luiz Roberto Moretti, iniciou o assunto fazendo uma leitura da Moção 005/2004, que já foi explicada a sua origem. Sem outras manifestações, foi colocada em votação a proposta de Moção 005/2004, sendo aprovada com duas abstenções da SABESP. **5.8. Revisão da composição da CT-PL, tendo em vista a exclusão de membros, em atendimento ao disposto no Artigo 13 da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 001/2003 – Minuta de Deliberação Conjunta 009/2004:** o sr. Moretti lembrou que existe a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 001/03, que regulamentou o funcionamento das câmaras técnicas e que dispõe que havendo ausência injustificada por 2 reuniões consecutivas ou 4 alternadas, a entidade seria excluída. Na reunião anterior, em Piracicaba, foram informadas as várias entidades excluídas de várias câmaras técnicas. Informou que foi realizado um levantamento na CT-PL, e 4 vagas ficaram em aberto, 2 do segmento dos órgãos de governo, 1 do segmento municípios e 1 do segmento sociedade civil. Informou que a CT-PL é composta por membros dos Plenários, ou seja, é o membro indicado para o Plenário que é o membro da CT-PL. Esclareceu que a CT-PL, obrigatoriamente, tem que ter uma composição de igual número de votos para cada um dos 4 segmentos. Explicou que em face disto a indicação das entidades tem que ser feita pelos Plenários. Informou que, com as exclusões já feitas, os segmentos da CT-PL deverão ser recompostos, havendo a necessidade de indicação de um titular e um suplente: do governo federal; do governo de Minas Gerais; municípios, e de entidade da sociedade civil. Neste momento, o presidente dos Comitês PCJ suspendeu a reunião, por um prazo de 30 (trinta) minutos, para que os interessados em participar da CT-PL se reunissem, por segmento, e indicassem quem serão as entidades. Após este intervalo, a reunião foi reiniciada, sendo indicados: a)- pelo Governo Federal: a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, como titular e ANA como suplente; b)- pelo Governo de Minas Gerais: foram indicados IGAM como titular e Secretaria do Meio Ambiente – SEMAD, como suplente; c)- pelo segmento da Sociedade Civil foram indicados, como titular a Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Jundiá – AEJ e como suplente, a Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba – AEAP; d)- para o segmento dos municípios foram indicados a prefeitura Municipal de Sumaré como titular e a Prefeitura Municipal de Salto como suplente. Colocada em votação, a minuta de Deliberação

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DOS COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ E PCJ FEDERAL), DE 01/06/2004

- Conjunta apresentada como nº 007/2004, e que passará a ser a de nº 009/2004, com as indicações acima mencionadas, foi aprovada por unanimidade. **6.**
- 1030 **Outros assuntos:** o sr. João Bosco Senra mencionou que já é de conhecimento de todos, mas gostaria de reforçar um informe sobre a aprovação da conversão da Medida Provisória 165 em lei, possibilitando o contrato de gestão da ANA com as Agências de
- 1035 Bacias. Mencionou que é um passo importante na consolidação da Política Nacional de Recursos Hídricos e que, certamente, na próxima quinta-feira, com a presença da Ministra Marina Silva, o presidente
- 1040 Lula irá sancionar essa lei que é muito importante, para o próprio Comitê que já está trabalhando dentro da perspectiva da Agência. Outro informe importante é que Ministério do Planejamento já descontingenciou todo o orçamento da bacia do Paraíba do Sul, toda
- 1045 a previsão, inclusive do que se vai arrecadar, mostrando a posição do governo de não contingenciar os recursos. Esclareceu que no CNRH foi criada uma comissão interministerial, que está sendo regulamentada, com a coordenação do Ministério do Planejamento, para que essa questão do
- 1050 contingenciamento tenha uma solução definitiva, do ponto de vista orçamentário geral. Reforçou o convite do 6º Encontro Nacional dos Comitês de Bacias, que
- acontece de 6 a 10 de junho, em Gramado-RS, assim como para a reunião do CNRH, do dia 2 de julho, na
- 1055 qual se estará lançando um livreto com as normas legais de recursos hídricos, trazendo toda a legislação federal de recursos hídricos, incluindo a lei que criou a ANA, e também todas as deliberações do CNRH, cuja nova edição, vai estar sendo lançada agora na semana
- 1060 do meio ambiente, no Fórum, pela Ministra do Meio Ambiente, que fará a abertura do evento. Outro informe é que o Plano Nacional de Recursos Hídricos já está sendo trabalhado e deve ser discutido no âmbito dos Conselhos Estaduais, porque no 2º
- 1065 semestre começará o trabalho por regiões hidrográficas. Informou que primeiro será feito um seminário, que será conduzido pelas Comissões das Executivas Regionais, que serão constituídas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Em
- 1070 seguida, serão feitas audiências em todos os estados brasileiros para estar formatando e buscando as contribuições para consolidação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, para que no dia mundial da água do ano que vem, o CNRH possa estar aprovando-o. **7.**
- 1075 **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Cláudio de Mauro, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

LUIZ ROBERTO MORETTI  
Secretário-executivo  
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

CLAUDIO ANTONIO DE MAURO  
Presidente  
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

LUIZ CARLOS BERGAMIN  
2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

EDUARDO LOVO PASCHOALOTTI  
Vice-presidente do CBH-PCJ e  
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO  
3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL